

“Ilustres desconhecidos na Constituinte”

Sr.: Alguns dias após a publicação, tomei conhecimento da matéria de autoria da jornalista Sílvia Caetano, publicada nas páginas 10 e 11 da edição desse jornal do dia 17 de janeiro, de 1988, com os títulos, “Ilustres desconhecidos na Constituinte” e “Obscuros, ausentes: são os turistas”, na qual o nome deste deputado está inserido.

Li a matéria com bastante indignação e revolta, pela injustiça que foi praticada a este parlamentar, que apesar de estar cumprindo o seu primeiro mandato de âmbito federal, sempre zelou para que seu nome jamais fosse alvo de críticas por qualquer ato de corrupção ou de omissão profissional.

Afirmo que me foi cometida tremenda injustiça, pelos dados que a seguir apresentarei.

Comecemos pela 1ª fase dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, a fase em que foram apresentadas as sugestões para as Subcomissões.

Foram apresentadas nessa fase 11.989 sugestões, quantidade essa que equivale a cerca de 22 sugestões por constituinte. Este deputado apresentou 24 sugestões, quantidade essa que é superior à média apresentada pelos 559 constituintes.

Anexo cópias dos Suplementos dos Diários da Assembléia Nacional Constituinte que transcrevem os sumários das sugestões por mim apresentadas e através dos quais V.Sa. poderá constatar que apresentei propostas sobre os mais diversos assuntos e todas de interesse da sociedade, sendo as principais, as seguintes:

- inexistência de inviolabilidade de mandato dos parlamentares, nos casos de crimes comuns;
- que nenhum brasileiro adulto perceba salário inferior ao salário mínimo;
- que a União tenha competência para promover a desapropriação de terras rurais para fins de reforma agrária;
- criação, composição e funcionamento do Conselho Superior da Magistratura;
- que os prefeitos e os vereadores sejam submetidos a julgamento perante os Tribunais de Justiça estaduais e não mais, nas respectivas comarcas;
- objetivando incentivar os estudantes adultos, que os trabalhadores tenham direito a percepção de um adicional por grau de escolaridade;
- apresentação de normas para a criação de novos estados e municípios;
- que a principal missão das Forças Armadas seja a segurança externa, vedando atribuições concernentes à segurança interna;
- destinação, pela União, de 5% de seu orçamento para a Região Amazônica e 10% para o Nordeste, para aplicação em programas de desenvolvimento regional;
- estabelecimento de normas sobre o alistamento, o voto e sobre a concessão do direito de voto aos militares e aos analfabetos.

Nas fases subseqüentes, teve também este parlamentar atuação altamente destacada, tendo sido o constituinte da bancada do Estado de Rondônia que apresentou o maior número de emendas. De acordo com os dados fornecidos pelo Prodasen, cujas cópias se encontram anexas, foram os seguintes os números de emendas apresentadas pelos constituintes daquele Estado:

- Sen. Odacir Soares	- 47
- Sen. Olavo Pires	- 37
- Sen. Ronaldo Aragão	- 92
- Dep. Arnaldo Martins	- 109
- Dep. Assis Canuto	- 14
- Dep. Expedito Júnior	- 79
- Dep. Francisco Sales	- 47
- Dep. José Guedes	- 68
- Dep. José Viana	- 0
- Dep. Raquel Cândido	- 71
- Dep. Rita Furtado	- 58

Ainda podemos citar não ter este deputado se omitido em pronunciamentos no Plenário, tendo durante o ano de 1987 efetuado nove discursos sobre os mais diversos temas, de acordo com as cópias xerox anexas e os dados abaixo:

- Em 10 de abril: pronunciamento sobre o problema energético do Estado de Rondônia.

- Em 28 de abril: pedido de reflexão à classe política, em função da pesquisa que indicava a baixa confiabilidade da população nos trabalhos dos constituintes.

- Em 18 de maio: análise sobre as forças de governo: presidencialismo e parlamentarismo.

- Em 21 de maio: críticas ao governo federal por gastos desnecessários e pela falta de atendimento às necessidades básicas de Rondônia.

- Em 15 de julho: crítica ao ministro da Fazenda por falar em austeridade administrativa, sem entretanto tentar conter os gastos públicos.

- Em 13 de agosto: Sistema Nacional de Previdência Social: exemplo clássico de conjugação de gigantismo orçamentário com ineficiência administrativa, corrupção e má destinação do dinheiro público.

- Em 25 de agosto: papel das Forças Armadas: necessidade de que seja estabelecido que a principal atribuição é a segurança externa, somente tendo a missão da segurança interna em casos excepcionais definidos em lei.

- Em 22 de setembro: solicitação aos constituintes para que haja maior seriedade na realização dos trabalhos.

- Em 17 de dezembro: solicitação aos vários grupos existentes na Assembléia Nacional Constituinte para que façam um acordo, objetivando a agilização na elaboração da Constituição.

Parece-me que os dados fornecidos anteriormente já dariam para comprovar a injustiça praticada contra este parlamentar. Apresentarei ainda outros, que darão à jornalista autora da matéria a certeza absoluta de que quem lhe forneceu informações a meu respeito o fez irresponsavelmente ou com má-fé, porquanto que todas as pessoas sérias que me conhecem pessoalmente acostumaram-se a me respeitar, pela maneira íntegra como desempenho as minhas funções, com atitudes honestas e posicionamentos firmes.

Para comprovar o que afirmei anteriormente, anexo cópias dos seguintes documentos e publicações de jornais:

- Ofício nº 58/87, do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, informando-me que a Comissão Executiva Nacional do partido, reunida no dia 12/Maio/87, escolheu-me para participar, como suplente, do Conselho de Ética Partidária do Diretório Nacional.

— Matéria publicada no dia 19/Julho/87, no jornal **O Globo**, posicionando-me a favor da existência de um prazo mínimo de domicílio eleitoral e contra o “mandato comprado”.

— Matérias publicadas no dia 14/Janeiro/88, nos jornais **O Globo** e **Jornal de Brasília**, mostrando a atuação deste parlamentar, em reunião da bancada do seu partido.

Sinceramente que ainda estou perplexo em ter sido taxado de um mau constituinte, por um jornal tão respeitado e com a responsabilidade de informar corretamente a milhões de brasileiros.

Sempre disseram — e eu concordo inteiramente — que a imprensa é o 4º poder do nosso país, dependendo de seus posicionamentos, a ascensão ou a queda de qualquer homem público. Nada mais correto e inclusive é através dela que os ho-

mens públicos podem deixar de ser “ilustres desconhecidos” e passar a ser admirados por suas idéias.

Ontem mesmo (27 de janeiro de 1988), encontramos com grande destaque na 1ª página desse jornal (com detalhes na 4ª página) a proposta apresentada pelo sr. Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), sugerindo a realização de um plebiscito para o povo se manifestar sobre alguns temas polêmicos, entre os quais eleições diretas gerais, duração do mandato presidencial, sistema de governo e voto distrital. Ocorre que este deputado, há seis meses, conforme cópias de telex anexas, apresentou, por ocasião da Convenção Nacional do PMDB, realizada nos dias 18 e 19 de julho de 1987, proposta nesse sentido, não tendo a mesma sido acolhida e nem tendo qualquer órgão de imprensa — inclusive esse, a quem também remeti cópias dos telex — feito qualquer divulgação do fato.

Verifica-se pois que as sugestões são levadas em consideração ou devidamente divulgadas, de acordo com o nível do conhecimento nacional do seu autor.

Já demonstrei anteriormente que tenho sido atuante no desempenho de minha função. Passarei a seguir a comprovar a v.sa., que também sou assíduo.

Inicialmente gostaria de informar a v. sa., que somente assumi o mandato em 24 de março de 1987, na condição de suplente, em substituição a um companheiro que assumiu uma Secretaria de Estado. Posteriormente, em virtude de um acórdão do Tribunal Superior Eleitoral que reconheceu, por unanimidade (6 X 0), ter o TRE/RO cometido um erro em uma de suas decisões, passei à condição de deputado federal constituinte efetivo.

Conforme v. sa. poderá constatar através da certidão anexa fornecida pela Diretoria Geral da Câmara dos Deputados, das 259 (duzentos e cinquenta e nove) reuniões havidas nesta Casa Legislativa desde que assumi, compareci a 194 (cento e noventa e quatro), tendo faltado apenas a 65 (sessenta e cinco) sessões.

Esses números dão os percentuais de 74,9% de presenças e de 24,1% de faltas, percentuais estes que podem ser considerados excelentes, levando-se em consideração que a nossa Assembléia Nacional Constituinte não é exclusiva, tendo o parlamentar também encargos diversos em proveito da comunidade a que representa e, conseqüentemente, com idas freqüentes a vários órgãos públicos sediados em Brasília, o que lhe acarreta algumas faltas.

Certo de haver demonstrado o lapso na inclusão do meu nome na matéria publicada por esse jornal no dia 17 do corrente, solicito a v. sa. publicar também o presente expediente, a fim de que haja o restabelecimento da verdade e que esse jornal possa permanecer a merecer a credibilidade de que sempre, por justiça, fez jus. **Arnaldo Martins**, deputado constituinte.

N. da R. — A matéria por nós publicada a respeito dos parlamentares ausentes dos trabalhos constituintes incluiu, por equívoco, o nome do deputado Arnaldo Martins, como se vê de sua carta, ele esteve presente à maioria das sessões, apresentou projetos e participou dos debates.